

Qual é o papel da Fundação Jones dos Santos Neves no Sistema Estadual de Planejamento? A sua atuação se restringe ao planejamento urbano?

STÉLIO DIAS — Se nos atermos à legislação, é um órgão vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, criado para dar suporte de estudos e pesquisas na área urbana e regional ao sistema estadual de planejamento.

Mas as leis e Decretos são atos fecundantes e de identificação. O desenvolvimento e a personalidade que o órgão assume são funções de Variáveis complexas como o tempo, o contexto, a demanda social, a percepção política e a atuação dos dirigentes. Esta última variável assume a posição, para a instituição, de variável dependente.

Se aceitamos tais premissas, a organização passa a ter atuação mais abrangente, fugindo tanto quanto possível da cómoda "postura orgânica", que é tecnocrata. Embute-se, então, conceitos de que técnicos são gente e de que os seus produtos são para o contexto humano, onde o "definitivo" é algo de fantasioso e onde a ciência e a técnica ainda (e até quando?) recorrem à fé e à superstição, em alguns casos, para emitir a verdade e a razão. Assumimos, então, que nossos projetos, estudos e pesquisas não são produtos da "farmacologia pandemônica", bem embalados, com uma bula pouco ou nada inteligível ou significativa em termos de ciência e com algumas contradições para dar credibilidade.

Pretendemos criar uma consciência de planejamento, fazendo crer que esta função não tem nada a ver com futurologia e sim com a futuridade das presentes decisões. O problema aí assume uma nova dimensão, qual seja: não perguntar o que o planejador deve fazer amanhã, mas sim o que ele deve fazer hoje para a incerteza do amanhã.

A Atuação da Fundação não se restringe à área do planejamento urbano. Não existe restrição e sim prioridade. Prioridade de atuação mais imediata, por definição do Governador Elcio Álvares e em função de sua preocupação com o agravamento das condições de operacionalidade e de bem-estar na área metropolitana da Grande Vitória e nos pólos urbanos mais emergentes. Esta prioridade não exclui a atuação do órgão na área regional, com vista à correção, via projetos e programas específicos, das desigualdades econômicas e sociais ainda existentes entre as diversas regiões do Estado. Terminamos um estudo de regionalização em fase de impressão. Terminamos um estudo de análise demográfica a partir de 1940. Iniciamos um estudo de Mão-de-Obra com um escopo e metodologia de trabalho mais abrangente fugindo do lugar comum da análise de mercado de trabalho; iniciamos o Centro de Planejamento, estamos participando, com a Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, do Programa de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce. Já apresentamos 4 estudos nesta área e vamos circular a primeira revista de estudos técnicos a nível urbano e regional no Estado. Criamos um programa de financiamento de teses sobre assuntos do Espírito Santo; estamos atendendo às Prefeituras do interior que desejam organizar o espaço urbano; vamos implantar um Centro de

OS TÉCNICOS E O GOVERNO ESTÃO FALANDO...

Quase três horas de conversa não foram suficientes para acolher numa entrevista tudo que Stélio Dias e Arlindo Villaschi Filho, Diretores da Fundação Jones dos Santos Neves, conversaram e responderam sobre a instituição, sobre planejamento, ideologia urbana, "economês", tecnocracia, rodoviária, trânsito e tudo mais.

Muitos destes assuntos são fundamentais para o capixaba e, por isso mesmo, os homens da FJSN foram encontrados num velho andar da Av. Cesar Hillal, que um dia já foi Faculdade e noutro dia já foi Escola de Segundo Grau, para uma entrevista. Condição "imposta" por ambos: deveria ser uma conversa ao "pé do fogo", e poderia até não sair numa entrevista. Mas saiu.

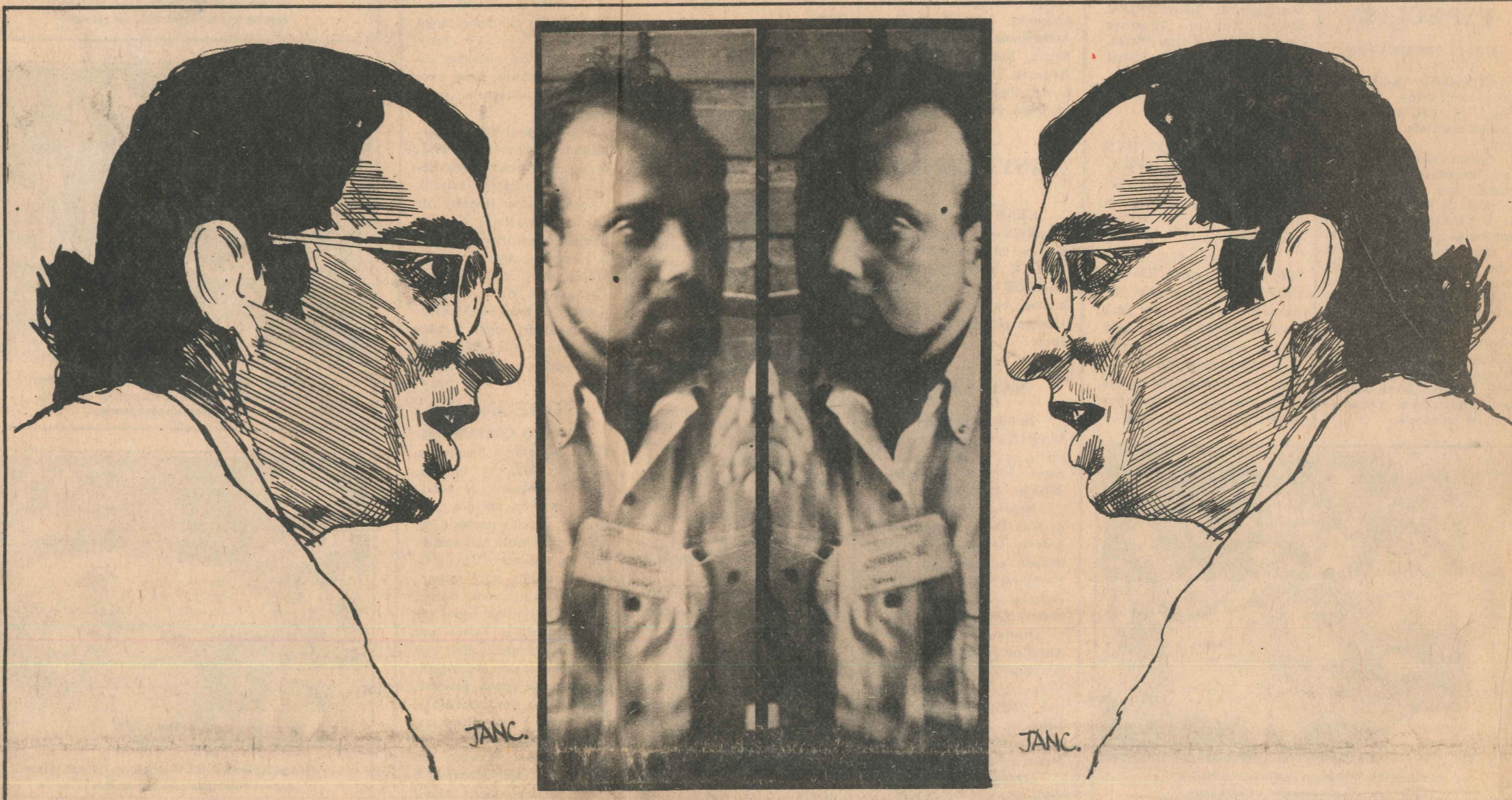
Naquele ambiente simples de trabalho, e neste clima de entendimento e organização, os dirigentes da FJSN foram se revelando. Pelo "direito" e pelo "avesso"...

CADERNO

DOIS

A GAZETA — VITÓRIA (ES),
7 DE JULHO DE 1977

Entrevista a Elcio dos Anjos



urbano; vamos implantar um Centro de Estudos Urbanos; estamos participando do Convênio de Cooperação Técnica com a Alemanha e França (já estamos com um técnico alemão trabalhando na Fundação e receberemos um francês nos próximos meses) montamos um sistema de aperfeiçoamento de pessoal do Estado, dentro do Convênio visando a médio prazo formar equipes regionais. Iniciamos, com a Secretaria de Indústria e Comércio e a de Projetos Especiais, o Plano Diretor de Turismo, tudo isto em meio aos 8 projetos em fase de conclusão na área urbana e mais os estudos de Localização do Terminal Rodoviário e o Projeto Aquaviário, para a Secretaria do Interior e Transporte. Como vê, a prioridade "urbana" não exclui e nem restringe a potencialidade da organização.

Como órgão jovem, o que a FJSN tem enfrentado em termos de obstáculos institucionais, políticos e, até financeiros?

STELIO — Com dez meses de efetivo trabalho (costumamos dizer que a Fundação já nasceu andando...), ela enfrenta os obstáculos normais de uma organização nova. Os teóricos da Teoria da Organização, afirmam que toda a organização tem um período de maturação que compreende: organização propriamente dita, definição do seu espaço, identificação de sua imagem e reconhecimento de sua personalidade e credibilidade. Neste período de maturação é aceitável alguns conflitos mesmo a nível intra-institucional. Mas até agora, com o apoio e o reconhecimento constante do Governador, e de todos com os quais realizamos o trabalho nada há de notável que mereça ser erguido, em termos de obstáculos. Quanto aos financeiros estes existem mas cabe aos dirigentes sanar. Afinal, como "planejadores" (deve caber como cognome e não como caracterização), a grande tarefa é trabalhar com a incerteza. E na atual conjuntura o importante é administrar com a escassez de recursos financeiros. Convenhamos, administrar com abundância de recursos passa a ser atividade de lazer...

O importante é a equipe que se está formando e "especializando" em termos de Espírito Santo, a motivação que é encontrada na Fundação em torno do Trabalho que se está realizando e a qualidade da equipe. Aplicamos a teoria geral dos sistemas na organização da Fundação de tal forma que a concepção de sistema orgânico permite compreender que pessoa e instituição, vistas como um componente de um mesmo sistema, estão de tal forma integradas e interligadas que o desenvolvimento de uma facilita e complementa o desenvolvimento de outra. Dentro disso, usamos a departamentalização para a área, meio e administração por objetivos com estrutura matricial para a área fim (área técnica de elaboração de estudos e projetos). Isto dá uma integração perfeita, gerencial, com pleno aproveitamento dos recursos humanos existentes.

Qual é a história e quais são as histórias da FJSN? Como surgiu a idéia de implantar a instituição?

ARLINDO VILLASCHI — Logo que eu comecei a trabalhar com o Dr. Arthur (outubro de 1972), conversando com o chefe da Casa Civil — José Costa, fiz ver a ele que não mais fazia sentido o Estado contratar estudos e

mais estudos com firmas de fora que no final deixavam pouco mais que volumes bem apresentados.

O Zé achou a idéia válida mas que já havia sido contada a ele antes. Procurei detalhes e acabei na sala do Lélío Rodrigues lá no BANDES. O guru de uma geração de planejadores capixabas, reportou-se então a um bilhete datado de 1967/68 do então Presidente do BANDES, Arthur. O texto era mais ou menos este: "Lélío, o governador Cristiano Dias Lopes autorizou-me a estudar a criação de um órgão de estudos e projetos à 1ª IPEA. Favor enviar-me propostas".

Daí para frente, foi um processo tortuoso de idas e vindas; sobes e desces. A atual Jones dos Santos Neves já foi Domingos Martins (dizem que para ser um estímulo adicional ao já Governador Arthur que viera do município de mesmo nome) e chegou a ser criada por lei com o nome Jerônimo Monteiro no final da gestão Arthur Carlos.

STELIO — Gostaria de acrescentar que Jones dos Santos Neves de hoje é produto da fusão das criadas mas não instituídas Fundação Jerônimo Monteiro e do Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional. A fusão se deu com a lei 3043 de dezembro de 1975 mas a FJSN só passou a existir de fato a partir de 30/Julho de 1976 quando foi empossada a atual diretoria.

ARLINDO — No fundo, no fundo, a idéia hoje é a mesma que motivou o bilhete do Dr. Arthur ao Lélío, qual seja, a necessidade de criar-se um corpo de técnicos que, permanentemente, pensasse sobre as coisas do Espírito Santo. Só que quando a Jones dos Santos Neves foi criada, o recado do Governador Elcio Álvares foi bem mais direto e incisivo: aproveitar o máximo o pessoal local e formar uma equipe que atendesse às necessidades de estudos e pesquisas sócio-econômicas do Estado, contribuindo para o processo de desenvolvimento que visa a diminuir a distância entre o Espírito Santo e a maioria dos Estados do Brasil.

Qual é a ideologia de planejamento da instituição? Como ela está "muniada" para operacionalizar esta ideologia?

ARLINDO — Eu acho que planejamento é processo, praxis. Como tal, precisa ser constantemente revisto e atualizado. Não pode ser visto com a simples produção de papéis e trabalhos, mas, antes de tudo, como um instrumento para a aplicação e alocação racional de recursos escassos (sejam financeiros ou humanos).

Para tanto, a grande meta da FJSN tem sido formar uma equipe constituída principalmente por técnicos locais, e com isso acredita poder contribuir para uma ação mais eficiente do poder público Estadual.

Essa equipe está consciente de que o planejamento não é a panacéia que vai resolver todos os problemas do Estado; que o plano é, e deve ser, um meio e não um fim. É por isso, inclusive, que a FJSN procura ouvir, na medida do possível, as pessoas envolvidas no processo, a fim de que o plano não reflita somente os anseios e as intenções de meia dúzia de "iluminados". Justamente por acreditar que planejamento é compromisso com a realidade, é ação, é que ela tenta ouvir as diversas manifestações dos diversos segmentos da Sociedade.

E um processo demorado, mas dá certo. Ninguém pode pretender ser o dono da verdade.

Que trabalhos já foram feitos pela FJSN e como eles estão interligados entre si?

ARLINDO — O primeiro trabalho feito pelo Grupo de Planejamento Urbano e Regional (embrião da FJSN) foi o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória. A idéia básica era procurar-se uma visão de como devem distribuir-se as atividades (habitação, comércio, serviços, indústrias, etc) no espaço físico da Aglomeração Urbana, considerando-se que além dessas atividades chamadas econômicas existem áreas e edificações que devem ser preservadas por seu valor histórico, artístico, cultural ou paisagístico.

STELIO — É difícil mensurar-se o grau de implantação desta Proposta já que ele depende de uma ação conjunta mais ampla o que nem sempre se consegue a curto prazo. Há sempre uma defasagem entre o planejamento e o "fazejamento" principalmente quando é preciso mudar alguns dos chamados vícios crônicos.

Com base na Proposta nós montamos em abril do ano passado um programa de investimento na área de transporte para a Grande Vitória. Foi com este programa que conseguimos sensibilizar o gov. Federal para aplicar recursos a fundo perdido em obras como: Av. Fernando Ferrari, Av. Marulpe, Av. Leitão da Silva no município de Vitória; Estrada Jerônimo Monteiro; Avs. Francisco Lacerda de Aguiar e Costa e Silva em Vila Velha; Av. Brasil em Cariacica; e eixos viários na Serra e Viana.

Depois disto já fizemos os estudos de viabilidade do Aquaviário (em fase de implantação pela Secretaria de Interior e Transportes), de localização e Dimensionamento do Tribunal de Passageiros (também em fase de demarcação pela SEIT), além do estudo básico voltado para a implantação do Centro de Animação de Carapina (o projeto já foi aprovado pela Câmara Municipal da Serra; o prefeito Feu Rosa tem dado o apoio e nós estamos negociando o projeto com o BNH). Observe-se que estes projetos são o detalhamento de preposições contidas no PEE.

Além desses, desenvolvimento também alguns projetos do tipo instrumental, tais como o da Estrutura Demográfica, o de Regionalização e o da Situação Financeira dos municípios da Grande Vitória. São trabalhos que visam a enriquecer, principalmente, o conhecimento sobre a realidade Social do Estado, para que o Governador possa tentar modificá-la, criando as pré-condições necessárias para acelerar o desenvolvimento sob a ótica da equidade. Pouco a pouco, vamos, então, formando uma gama de conhecimentos sobre a problemática Social do Estado.

Como está sendo resolvido o problema urbano da Grande Vitória? Quais são as sugestões da FJSN para o ordenamento da Aglomeração? Quais soluções estão sendo implantadas?

ARLINDO — Em primeiro lugar tentar "esfriar" o crescimento vertical do Centro de Vitória. Acho que devemos estimular o surgimento/fortalecimento de centros mais próximos às grandes áreas habitacionais (existentes ou potenciais) — caso típico de Vila Velha, Campo Grande e Carapina. Este

parece um bom primeiro passo no sentido de diminuir o exagerado ou irracional número de viagens que são feitas na Aglomeração Urbana diariamente, com destino/origem no Centro de Vitória (cerca de 360.000 atualmente).

Em segundo, diminuir bastante o surgimento de loteamentos voltados quase que exclusivamente para a especulação imobiliária e que invariavelmente redundam em acréscimos de despesas para o poder público. O resultado da proliferação desses loteamentos é a impossibilidade dos poderes públicos aplicarem mais racionalmente seus poucos recursos no atendimento da população como um todo.

Em terceiro, criar mecanismo para devolver a cidade às pessoas. Fechar algumas ruas importantes para o uso exclusivo de pedestres; criar áreas de lazer na faixa litorânea acabando, portanto, com a febre de avenidas beira-mar (pra que o automóvel quer ver o mar?); estimular um maior respeito ao nosso patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico.

Enfim, criar a consciência urbana de que a cidade é um lugar também (pelo menos) para se viver e não um simples espaço típico onde se trabalha, habita, cricula e se vê televisão.

Qual é ação programática da FJSN para 1977? Quais os principais trabalhos feitos esse ano?

ARLINDO — Para a área da Grande Vitória nós pretendemos entregar o Plano Diretor Urbano para a Prefeitura de Vitória; o Plano de Ação Imediato em Transporte e Tráfego; o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural; o Plano de Lazer; o Plano de Disposição de Resíduos Sólidos e o Cadastamento Ambiental.

É muito Plano né? Acontece que a FJSN é um órgão de planejamento. Não podemos, portanto, avançar além dos planos.

STELIO — Além desses trabalhos, estamos realizando um Seminário sobre Desenvolvimento Integrado, objetivando despertar autoridades e lideranças para os problemas comuns da nossa área metropolitana, e a partir deste mês estaremos dando um Curso de Planejamento Urbano e Regional voltado para a formação de pessoal técnico qualificado que deverá atuar não só nas Prefeituras como também em órgãos diretamente ligados ao problema Urbano (CESAN, COHAB, INOCOOP, ESCELSA, etc).

Recentemente nós passamos também a ser procurados por prefeitos do interior, solicitando nossa ajuda para a solução de problemas locais.

Este tipo de assistência não estava programada, mas temos nos esforçado no sentido de dar alguma colaboração.

Como a FJSN encara a discussão sobre a tecnocracia, tendo em vista o fato de que isso tornou-se um negócio polémico no Brasil. Os políticos criticam os tecnocratas, a imprensa também, os intelectuais idem. Qual é a posição da instituição em relação à questão, tendo em vista, principalmente, o fato de que já se fala nos "tecnocratas da FJSN"?

STELIO — É interessante alongarmos um pouco na discussão de essa questão. Em primeiro lugar, a controvérsia sobre a "defini-

ção teórica" do que seja tecnocracia ainda não foi resolvida, apesar dos inúmeros textos escritos. Uns acham que o tecnocrata é o burocrata que tem conhecimentos técnicos e que, por isso, ocupá posições que permitem que ele participe do processo decisório. É a chamada "burocracia política", ou "tecnocracia" ou, ainda, "tecnoburocracia". Quer dizer, a burocracia é, então, ao mesmo tempo, fonte e instrumento de poder. Outros acham que não é nada disso, que a burocracia continua, como sempre foi, um mero instrumento de poder, que não existem tecnocratas mas, sim, tecnoassessores, assessores dos políticos, no caso da administração pública, e assessores dos empresários, no caso da administração privada. A discussão é infundável e ainda não foi resolvida.

Recentemente, Bolívar Lamounier fez um ensaio na Revista "ISTO É" sobre o problema e coloca muito bem esta controvérsia denominando-a "o mito da tecnocracia". Ponderadamente, ele situa a questão no seu devido lugar, dizendo que o mito tecnocrático é uma cobertura pseudotécnica para a autonomia política da alta burocracia, que é o que realmente existe, em maior ou menor grau, em diversos países, capitalistas ou socialistas. Esta autonomia é função da crescente complexidade das tarefas do governo e do gigantismo das empresas privadas, que exigem um corpo de técnicos capazes de manipular informações e fornecer alternativas decisórias. Desejar, entretanto, julgar que este fenômeno é o sintoma de uma nova era, em que o capitalismo seria substituído pelo "sistema tecnoburocrático" é um exagero sem fundamentos científicos e sem compromisso com a realidade.

Foi exatamente a supervalorização do papel dos técnicos que forjou o mito da tecnocracia, onde, inclusive, não se distingue quem é simplesmente tecnólogo (o técnico que não tem poder decisório) e quem é tecnocrata (aquele que participa do processo decisório). No fundo, o rótulo não importa, porque isto é uma manifestação atual de uma discussão iniciada por Max Weber há muito tempo. Weber já dizia que a burocracia poderia vir a tornar-se fonte e instrumento de dominação.

ARLINDO — Esta supervalorização decorre muito da imagem que alguns tecnocratas procuram transmitir, a imagem do neutro, que pode resolver numa equação matemática todos os problemas. É uma noção falsa, uma noção de pretensa neutralidade que, na verdade, não existe. Eles acham, por exemplo, que a decisão sobre o problema da distribuição de renda é uma decisão que pode ser tomada "tecnicamente". Claro que não. Decidir se vai haver, ou não, distribuição de renda, é uma decisão eminentemente política. Técnica é um meio, nunca é demais lembrar.

STELIO Essa tendência de complicar o óbvio tornou todos os técnicos antipáticos perante alguns segmentos da sociedade. Generalizou-se às coisas e, até, passou-se a achar que não existe linguajar técnico-científico do "Clube fechado". Bolívar Lamounier coloca muito bem isso, por exemplo. Ele diz que, recentemente, alguns sociólogos fizeram uma análise dos resultados das eleições de 1974 e foram taxados de tecnocratas. Quer dizer, basta se utilizar o linguajar inerente à sua especialização que se é logo tecnocrata.

Nesta linha de raciocínio, os jornalistas também, poderiam ser identificados como tal, porque eles falam em "release", em "lead", "make-up", "paper", "serifa", "capitular", etc.

Saindo da área da Grande Vitória, uma política de regionalização da ação programática do Governo Estadual deveria contemplar que prioridades?

STELIO — A aplicação de recursos em pólos tradicionais (Colatina, Cachoeiro e Linhares) e em pólos emergentes (Aracruz, Anchieta/Guarapari e Nova Venécia) de tal forma a alcançar uma melhor distribuição dos serviços urbanos no Estado, e em consequência, criar condições para uma política de diminuição dos desequilíbrios intra-regionais.

É fundamental que se interiorize a ação de governo, para minimizar o êxodo rural que será aumentado após a implantação, na área da Grande Vitória, da maioria dos chamados Grandes Projetos de Impacto. Não devemos esquecer que, entre 1960 e 1970, cerca de 120 mil pessoas saíram do interior do Estado e fixaram-se na Grande Vitória. Quer dizer, parece válida a idéia de que a maioria dos problemas das cidades estão no campo. Fixar os homens no campo é resolver, também, os problemas urbanos da Grande Vitória.

Como se justifica a localização da nova rodoviária na Ilha do Príncipe, no centro da cidade?

ARLINDO — Para o estudo da localização da rodoviária, a FJSN fez uma pesquisa junto aos usuários. Resultado: mais de 60% dos passageiros responderam que tinham origem e/ou destino na Ilha de Vitória. Vila Velha e Cariacica ficavam com mais ou menos 15% cada e os restantes eram distribuídos para Serra e Viana. Ora, como as normas do DNER postulam um atendimento prioritário ao usuário, nada mais justo do que localizar o nosso terminal o mais próximo possível do local para onde eles vão e de onde eles vêm.

Dentro desse raciocínio, a partir de alternativas de localização que contemplaram diversas áreas na Aglomeração Urbana, ficamos com duas para análise final — uma em Jardim América e a outra no Aterro do Príncipe. Pelos critérios utilizados estas duas áreas se equivaliam. A escolha foi ficar com a última por razões de ordem financeira. Afinal, como a área já pertence a um órgão do governo (a COMDUSA) o mínimo que se está fazendo é economizar uma boa soma de recursos que sob hipótese alguma estão sobrando.

O problema do trânsito já foi equacionado pelo DETRAN? O que falta?

ARLINDO — Se as modificações do Capitão Natali não resolverem todos os problemas de trânsito em Vitória, pelo menos serviram para provar que os problemas de uma cidade como a nossa não têm nada de tão misterioso. É preciso, acima de tudo, ter a coragem de inovar sem ter que inventar. Ele, teve esta coragem e a coisa deu certo. Não existe a educação definitiva inclusive porque, as coisas estão mudando com muita rapidez todos os dias, mas que um aperto maior para quem deseja usar o transporte individual (aumento das tarifas de estacionamento) e uma política mais agressiva voltada para o transporte público, seriam medidas simples e eficazes. Isto ninguém duvida.